

UMA ANÁLISE DAS CARREIRAS DOS VEREADORES DE SANTO AMARO (2004-2024)¹

Jurandi Coelho Oliveira²

RESUMO

Este artigo analisa as carreiras dos vereadores de Santo Amaro, município localizado no Recôncavo da Bahia, entre 2004 e 2024, com o objetivo de entender como o capital relacional contribui para o sucesso político e eleitoral desses parlamentares. Utilizando uma metodologia qualitativa, a pesquisa incluiu análise documental, coleta de dados eleitorais e observação participante, além de conversas informais com vereadores, ex-vereadores e servidores da Câmara Municipal de Santo Amaro/BA, além da análise de dados documentais e estatísticos sobre as características sociais e políticas dos eleitos. Os resultados revelam que, ao longo de duas décadas, a Câmara Municipal foi composta por 80 vereadores, sendo 74 homens e apenas 6 mulheres, evidenciando uma significativa sub-representação feminina. A média de idade dos vereadores foi de 45 anos, e constata-se uma predominância de vereadores/as negros/as. Constatou-se que os capitais político, econômico, social e familiar desempenham um papel fundamental nas trajetórias políticas, influenciando as ambições e as práticas eleitorais. Entre as conclusões, destaca-se a complexidade das dinâmicas políticas locais e a necessidade de promover uma maior equidade na representação política, especialmente no que se refere à inclusão feminina. A relevância desse estudo reside na contribuição para o entendimento das nuances das carreiras políticas em contextos municipais, enfatizando a importância de uma análise aprofundada das elites políticas locais.

Palavras-chave: políticos; Santo Amaro (BA) - política e governo - 2004-2024; vereadores - Santo Amaro (BA).

ABSTRACT

This article analyzes the careers of city councilors in Santo Amaro, a municipality located in the Recôncavo region of Bahia, between 2004 and 2024, with the aim of understanding how relational capital contributes to the political and electoral success of these parliamentarians. Using a qualitative methodology, the research included documentary analysis, collection of electoral data and participant observation, as well as informal conversations with councilors, former councilors and employees of the Santo Amaro/BA City Council, in addition to the analysis of documentary and statistical data on the social and political characteristics of those elected. The results reveal that, over two decades, the City Council was composed of 80 councilors, 74 men and only 6 women, evidencing a significant female underrepresentation. The average age of the councilors was 45 years old, and there was a predominance of black councilors. It was found that political, economic, social and family capital play a fundamental role in political trajectories, influencing electoral ambitions and practices. Among the conclusions, the complexity of local political dynamics and the need to promote greater equity in political representation, especially with regard to female inclusion, stand out. The relevance of this study lies in its contribution to understanding the nuances of political careers in municipal contexts, emphasizing the importance of an in-depth analysis of local political elites.

Keywords: politicians; Santo Amaro (BA) - politics and government - 2004-2024; councilors - Santo Amaro (BA).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

² Bacharel em Humanidades e graduando do curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a política local sempre foi vista como uma extensão do poder privado, desde o Império, passando pela República Velha até o período militar, caracterizando as relações centro-periferia dessas épocas. Somente a partir dos anos 1970 é que esses vestígios de uma política baseada em práticas coronelistas começaram a se afastar da realidade da política local, com a urbanização e modernização dos municípios. Foi no final da década de 1970, de forma gradual, que ocorreu a mudança de perspectiva sobre a política municipal, criando uma associação de democratização e descentralização com maior poder municipal, onde o município seria considerado como "berço para a nova experiência democrática", dada a sua maior proximidade do governo com os eleitores (Leal, 2010).

Segundo Maluf (2006), há uma falta de estudos científicos por parte da ciência política brasileira sobre a importância dos municípios para a democracia, o que só veio a ocorrer quando a oposição ao regime militar reintroduziu o tema na agenda de pesquisa da área, resultando em novos estudos sobre uma ótica favorável ao próprio desenvolvimento desse sistema político democrático no Brasil.

Até o momento, poucos estudos foram explicitamente dedicados à elite política do município de Santo Amaro no Recôncavo da Bahia. A análise aqui proposta busca preencher essa lacuna significativa, oferecendo uma primeira e ainda bastante inicial descrição das carreiras na política local.

O interesse pelo tema surgiu a partir da minha experiência no campo político, especialmente em diversas atuações no poder legislativo. Isso me levou a questionar e buscar compreender os fatores que influenciam a trajetória de políticos, desde sua candidatura até a tão almejada manutenção do mandato. Assim, esse estudo se fundamenta nos principais conceitos e teorias sobre carreiras políticas desenvolvidas nas últimas décadas, contribuindo para uma melhor compreensão da dinâmica política em Santo Amaro e região.

Considerando a perspectiva de que o cargo de vereador/a é o ponto de partida para uma carreira política, este estudo se dedica a analisar a trajetória política daqueles que exerceram o cargo de vereador, no município de Santo Amaro no Recôncavo da Bahia, entre os anos de 2004 e 2024. O objetivo principal é responder à questão: "De que forma o capital relacional contribui para o sucesso da trajetória política e eleitoral dos/as vereadores/as de Santo Amaro entre 2004 e 2024?". O/a vereador/a eleito/a apresenta algum tipo de ambição e capital relacional, possíveis de desvendar as trajetórias de sucessão eleitoral municipal. Ainda, a escolha de um intervalo de 20 anos para investigar essa questão proporciona uma análise

abrangente das trajetórias políticas, considerando as transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas nesse período.

No período de 2004 a 2024, o cenário político de Santo Amaro sofreu mudanças relevantes, como a evolução das demandas da população, o aumento da importância da representatividade e as variações nas estruturas partidárias. Essa longa duração temporal possibilita a identificação de padrões de comportamento eleitoral, processos de sucessão, reeleições e a relação entre os vereadores e seus eleitores. Para tanto, adotamos uma metodologia de conversação, que incluiu conversas informais com vereadores, ex-vereadores e servidores da Câmara Municipal de Santo Amaro/BA³. Essas interações foram fundamentais para desenvolver as questões da pesquisa, pois proporcionaram informações valiosas sobre as dinâmicas locais e as percepções dos atores políticos.

Além disso, as conversas informais foram complementadas por pesquisas nos portais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), livros, dissertações e artigos que forneceram dados quantitativos sobre as eleições, como resultados de pleitos anteriores e informações sobre a composição da Câmara Municipal de Santo Amaro/BA. Essa combinação de dados qualitativos e quantitativos permitiu uma análise mais abrangente do cenário político, evidenciando como o capital relacional e as interações sociais influenciam o sucesso eleitoral dos vereadores na região.

Como mencionado anteriormente, há uma notável falta de trabalhos acadêmicos sobre vereadores na ciência política brasileira, apesar do amplo debate sobre carreiras políticas. Este fato é um dos estímulos para esta produção acadêmica, com o objetivo de contribuir para o referencial teórico que visa analisar a carreira política a partir do “menor cargo” da federação” (Brasil, 1988).

Neste trabalho, iniciamos com essa apresentação, seguida de uma análise das teorias que sustentam nosso embasamento, relacionando-as às carreiras políticas. Em seguida, analisamos perfil dos/as eleitos/as para o parlamento do município de Santo Amaro-BA. Para a análise, coletamos dados pessoais sobre gênero e raça, média de idade e nível de escolaridade. Analisamos também as informações referentes ao perfil político e partidário dos vereadores eleitos nas eleições municipais entre 2004 e 2024.

³ Foram realizadas conversas informais com diversos vereadores e ex-vereadores durante as sessões da Câmara Municipal de Santo Amaro entre 2022 e 2024. Destacam-se os diálogos com o servidor da Câmara Municipal, ex-vereador e ex-presidente, Sr. Francisco André Porto Borges dos Santos; com o ex-vereador e ex-presidente Jeronimo Muniz dos Santos Júnior; e com o ex-vereador e ex-presidente Sr. Benivaldo das Dores da Silva. Esses encontros ocorreram ao longo do ano de 2022 e foram fundamentais para enriquecer a compreensão das dinâmicas políticas locais e das percepções dos atores envolvidos.

Na segunda parte, examinamos suas características políticas, trajetórias e suas redes de pertencimento e os tipos de vínculos sociais. Ainda, avaliamos a percepção desses vereadores sobre a relevância de suas próprias trajetórias políticas. A investigação das experiências política dos vereadores eleitos em Santo Amaro, Bahia, durante o período compreendido de 2004 a 2024, revela uma ampla gama de características que se sobressaem em suas trajetórias profissionais, interesses políticos e tipos de capital. A interligação desses elementos com a estrutura política local é fundamental para compreender o funcionamento da Câmara Municipal e as práticas eleitorais. Os dados apresentados destacam a importância dos capitais político, econômico, social e familiar na jornada política dos vereadores, evidenciando a complexidade e a evolução constante da esfera política local. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

2 TRAJETÓRIAS POLÍTICAS, PADRÕES DE AMBIÇÃO E CARREIRAS POLÍTICAS

Parte das investigações sobre a trajetória política aborda os cargos políticos anteriores que os parlamentares ocuparam como parte de sua participação no cenário político. Essas análises são conduzidas, levando em consideração o capital adquirido dentro desse campo, incluindo suas experiências e caminhos percorridos. Tais estudos se concentram tanto em cargos eletivos quanto não-eletivos.

Em um renomado estudo realizado por Santos (1997) acerca da origem e formação dos parlamentares brasileiros antes e depois da ditadura e redemocratização, é destacado que a elite política brasileira é fortemente influenciada por fatores oligárquicos⁴. Conforme apontado por Miguel (2003), é possível traçar uma estrutura geral da carreira política no Brasil, na qual o cargo de vereador representa a base, sendo considerado a posição eletiva de menor prestígio político.

Miguel (2003) evidencia a presença de uma estrutura hierárquica de cargos políticos no Brasil, que vai desde o cargo de vereador na base até a Presidência da República, o mais alto da carreira política. Entre essas posições estão os cargos de prefeito, deputado estadual, deputado federal, assim como governadores e senadores, sem deixar de mencionar cargos de

⁴ Os fatores oligárquicos referem-se às condições ou características que favorecem a concentração do poder político, econômico e social nas mãos de um pequeno grupo, geralmente em detrimento da participação e do poder de outras camadas da sociedade. No contexto de uma análise política, o termo é comumente associado a regimes ou sistemas que, apesar de aparentarem ser democráticos, são marcados pela dominação de elites restritas (Caron, 2007).

menor destaque e diretorias de autarquias. No entanto, não se pode afirmar que esse percurso seja inflexível. Os políticos podem optar por concorrer a cargos inferiores aos que ocupam.

Outros cargos também desempenham um papel relevante na trajetória política, como os cargos de Vice (vice-Prefeito, vice-Governador, vice-Presidente), liderança de bancada partidária e presidência das casas legislativas, conforme apontado por Miguel (2003). Segundo o autor, a carreira política padrão no Brasil é aquela que envolve a ocupação de cargos tanto no poder executivo quanto no poder legislativo. As Secretarias municipais e as autarquias públicas, que são cargos de nomeação política, também são considerados importantes para as carreiras eleitorais.

Miguel (2003) salienta ainda que, embora a ideia simplista de que os ocupantes de cargos públicos sejam "progressivamente ambiciosos" seja aceita, é fundamental compreender que essa ambição não se traduz necessariamente em uma busca desenfreada pelo topo, competindo por cargos mais altos sempre que pareçam seguros. Na verdade, requer cálculos estratégicos mais complexos e adaptados a cada situação específica. De fato, a capacidade de "recuar para depois avançar" é uma das características distintivas do raciocínio estratégico. Miguel, (2003, p. 117).

De qualquer forma, Miguel (2003) sugere que é pertinente interpretar a dinâmica política brasileira em termos de uma trajetória hierarquizada. Nesse contexto, estão envolvidos cargos tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo, excluindo-se o Poder Judiciário devido às suas características peculiares. No entanto, Miguel (2003) afirma que, uma carreira política "ideal" envolve a combinação de experiências nos dois poderes. O Executivo proporciona maior visibilidade, uma vez que cada cargo é único. Assumir a liderança de um Poder Executivo, em especial, significa participar de uma eleição de grande visibilidade, seguida por um mandato com considerável potencial de publicidade.

Por outro lado, o Legislativo é o ambiente primordial para a interação da elite política em diferentes níveis (municipal, estadual, nacional). O avanço na carreira depende da popularidade, no sentido de capacidade de atrair o eleitorado comum, assim como do reconhecimento dos correlegionários, que garante apoio às candidaturas e nomeações para cargos não-eletivos. Portanto, a combinação de experiências resulta em carreiras mais equilibradas, (Miguel, 2003).

O vereador é descrito como o nível inicial da política, a posição eleita de menor prestígio e relevância política (Maluf, 2006). Nesse sentido, para os membros das câmaras municipais, não se fala em retrocesso ou reversão de ambições: eleitoralmente falando, não há como retroceder, a menos que desistam de concorrer à reeleição, e nomeações políticas são

geralmente vistas como promoções. Portanto, para o vereador que busca construir uma carreira política, os padrões originalmente propostos por Schlesinger (1966) continuam sendo válidos. Ele categoriza a ambição política em três tipos: discreta, manifestada por políticos que têm a intenção de ocupar o cargo por um curto período e depois se retirar da vida pública; estática, que caracteriza aqueles que planejam permanecer no mesmo cargo por vários mandatos; e progressiva, típica de políticos que almejam alcançar cargos mais elevados.

Para ampliar a compreensão da estrutura de oportunidades no Brasil, alguns autores acrescentaram novos tipos de ambições ao modelo clássico. Leoni, Pereira e Rennó (2003) introduziram a ambição "regressiva", que se refere ao político que busca um cargo de menor prestígio do que o atual, geralmente tomada por aqueles que não acreditam na reeleição ou no sucesso em uma empreitada maior. Santana (2008) menciona a "ambição dinâmica", termo utilizado para descrever aqueles que buscam se manter em posições de poder eleitoral, alternando entre cargos legislativos e executivos conforme as oportunidades surgem. Esse movimento entre diferentes cargos é conhecido como "padrão zigzag". De acordo com Santos (2002), o legislativo é visto como uma etapa de transição para políticos em busca de cargos mais relevantes. Muitas vezes, os políticos deixam o Executivo para retornar ao legislativo como forma de continuar na carreira política. O foco é manter-se na vida política sem se apegar exclusivamente a um cargo específico.

Estudos como o de Oliveira (2009) corroboram o efeito zigzag na política brasileira. Em síntese, os políticos profissionais movem-se entre mandatos legislativos e executivos nos diferentes níveis de governo, adaptando-se conforme as oportunidades que se apresentam ao longo de suas carreiras.

O tamanho do município onde o vereador exerce suas funções pode influenciar tanto aqueles que buscam ascender quanto aqueles que constroem suas carreiras localmente. De acordo com Maluf (2006), o caminho para ascensão política pode ser mais estreito para vereadores que almejam cargos mais altos, e direcionar a carreira para o âmbito municipal pode ser tão estratégico quanto planejá-la para o nível federal ou estadual. Assim, a racionalidade na ambição parlamentar varia de acordo com a realidade de cada região onde a carreira política se inicia (Maluf, 2006, p. 29).

3 PERFIL DOS/AS ELEITOS/AS PARA O PARLAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO-BA – 2004 - 2024

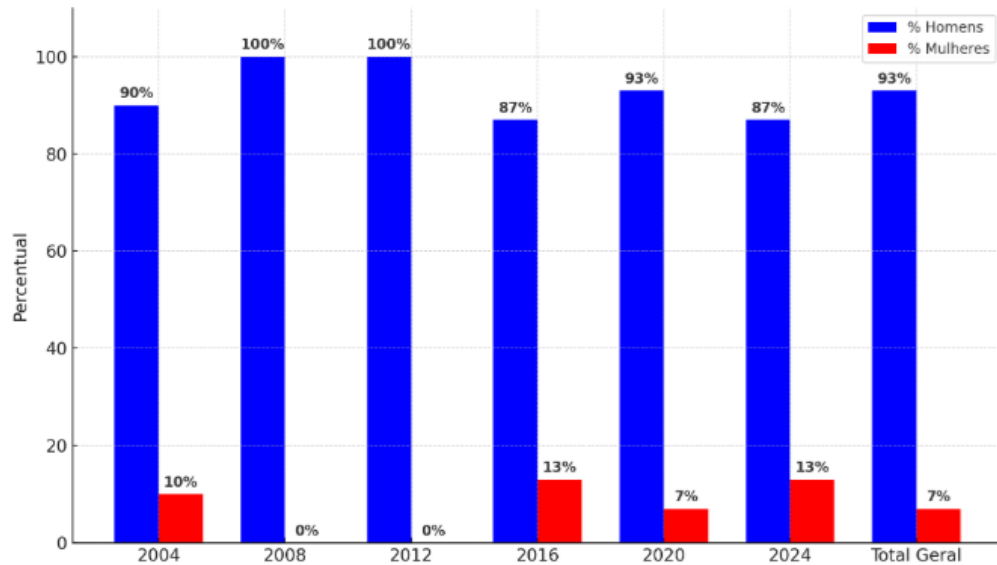
A alteração no número de cadeiras na Câmara Municipal de Santo Amaro ao longo dos anos está diretamente relacionada à oscilação populacional do município, conforme estipulado pela Resolução do TSE nº 21.702/2004, que determina a quantidade de vereadores a serem eleitos em função da população de cada município. Nos anos 2000, o município contava com 15 cadeiras no legislativo. No entanto, durante os anos de 2004 a 2008, esse número foi reduzido para 10 cadeiras, devido à diminuição da população local. A partir das eleições de 2012, com a atualização dos dados demográficos e a retomada do crescimento populacional, o município voltou a contar com 15 cadeiras na Câmara Municipal.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população de Santo Amaro foi estimada em 57.729 habitantes. Esses números reforçam a relação entre as variações populacionais e a composição legislativa do município, uma vez que o crescimento populacional observado ao longo dos anos justificou o retorno ao número de 15 cadeiras no poder legislativo. Essa oscilação populacional ao longo das décadas não é um fenômeno isolado e reflete dinâmicas econômicas, sociais e migratórias que impactam diretamente a organização política e administrativa do município, incluindo sua representatividade na Câmara Municipal.

A análise das elites políticas santoamarenses ao longo das últimas duas décadas revela a predominância de um grupo específico, evidenciando a desigualdade de gênero na representação política municipal. Durante o período analisado (2004-2024), a Câmara Municipal de Santo Amaro elegeu 80 vereadores, sendo composto por: 74 homens e apenas 6 mulheres. Essa disparidade de gênero na composição da Câmara Municipal de Santo Amaro ressalta a necessidade urgente de ampliar a participação feminina no cenário político brasileiro, de modo a garantir uma representatividade mais equitativa e significativa no espaço político.

Durante os anos de 2008 a 2012 não houve presença feminina eleita para a Câmara Municipal. No ano de 2004, somente 10% das cadeiras foram ocupadas por mulheres (1 vereadora), enquanto em 2016 esse número subiu para 13%, com a eleição de duas mulheres. Já em 2020, apenas 7% das cadeiras foram ocupadas por mulheres, sendo eleita apenas uma. E para o ano de 2024, a representatividade feminina aumentou para 13%, com a eleição de duas mulheres. Ao longo dos 20 anos analisados, apenas 7% das cadeiras no legislativo municipal foram ocupadas por mulheres, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Percentual de eleitos/as na Câmara municipal de Santo Amaro-BA, por gênero, 2004 a 2024



Fonte: adaptado do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2025).

Hoje, a democracia representativa apresenta como um ideal a inclusão feminina. Infelizmente, a prática não honra esse ideal, esses dados nos permitem destacar o baixo número de mulheres na política municipal santamarense, índices que também refletem os cenários estadual e federal.

A literatura feminista sobre carreiras políticas aponta obstáculos significativos para as candidaturas femininas em diversos aspectos: as mulheres têm menos recursos financeiros e organizacionais, incluindo tempo disponível; enfrentam a seletividade patriarcal das instituições políticas liberais; e isso impacta diretamente a ambição política individual das mulheres (Miguel e Biroli, 2010; Marques, 2021).

A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados (Miguel e Biroli, 2010, p. 172).

Miguel e Biroli (2010) apresentam três perspectivas que explicam a sub-representação das mulheres na política: a natureza patriarcal das instituições políticas, em suas relações com as esferas pública e privada, onde as mulheres são confinadas à esfera privada do cuidado, do lar, longe dos assuntos públicos; os padrões culturais e de socialização que moldam o mundo político como um espaço dominado pelos homens, com uma barreira sendo a baixa ambição política entre as mulheres; e, por fim, as barreiras para acessar estruturas políticas, já que as

mulheres geralmente têm menos recursos econômicos e tempo livre (Miguel; Biroli, 2010, p. 174).

As perspectivas apresentadas pelos autores lançam luz sobre os desafios e oportunidades disponíveis para as mulheres nas esferas política e social para seguir uma carreira na política, dadas as barreiras significativas que enfrentam ao navegar no espaço político. Isso nos leva à questão da sub-representação, que não permite que as mulheres tenham modelos na esfera pública.

A sub-representação das mulheres na política é uma realidade constante ao longo da história da participação feminina na política moderna. Diversos fatores contribuem para esse cenário, em que a sociedade apresenta dinâmicas que favoreceram a ascensão dos homens nos espaços institucionais, enquanto as mulheres enfrentam várias barreiras para acessá-los, como as desigualdades de gênero que resultam em uma divisão sexual do trabalho, incluindo o trabalho doméstico (Marques, 2021, p. 16). As mulheres vivem em sociedades contemporâneas governadas por democracias eleitorais com representação política, porém enfrentam uma cidadania subalterna (Bertolin; Machado, 2018, p. 184). Embora possuam direitos, são impedidas de exercê-los plenamente devido à marcação desde a base de um sistema patriarcal. Essa exclusão é acentuada de maneira distinta de acordo com a raça e a classe social à qual a mulher pertence na sociedade.

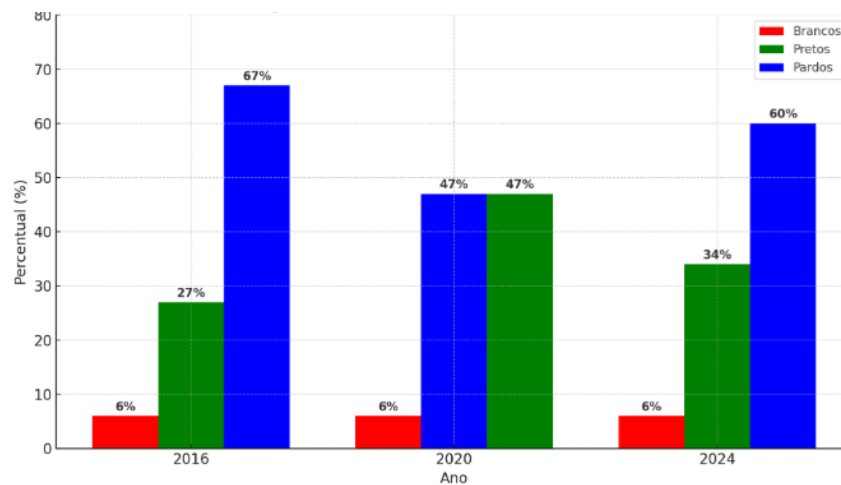
O Recôncavo da Bahia, com destaque para o município de Santo Amaro, é uma região profundamente marcada pelo legado da escravidão que deixou marcas nas relações raciais e na rica identidade cultural afro-brasileira da região. Durante os períodos colonial e imperial, o Recôncavo foi um dos principais centros econômicos do Brasil, com engenhos de cana de açúcar que dependiam intensamente do trabalho escravizado (Silva, 2020). Essa história se reflete na predominância da população negra em Santo Amaro e em outros municípios da região.

A partir da eleição de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou a coletar dados sobre a raça/cor dos candidatos, o que se tornou crucial para analisar a representatividade das diferentes raças na esfera política. O surgimento de ações afirmativas e a implementação de políticas raciais visam reparar as desigualdades entre brancos e negros no Brasil. Nesse contexto, o Estatuto da Igualdade Racial, estabelecido pela Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, define essas políticas como "programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pelo setor privado para corrigir as disparidades raciais e promover a igualdade de oportunidades".

As cotas raciais surgiram como medidas afirmativas para enfrentar desigualdades históricas e garantir a inclusão de indivíduos não brancos em diversos espaços sociais. Nos dados iniciais de 2016, a composição dos representantes de Santo Amaro era de 67% de autodeclarados pardos, 27% de autodeclarados pretos e 6% de autodeclarados brancos. Em 2020, a Câmara Municipal de Santo Amaro apresentou uma composição distinta, com 47% de autodeclarados pardos, 47% de autodeclarados pretos e 6% de autodeclarados brancos. Em 2024, observou-se outra mudança, com 60% de autodeclarados pardos, 33% de autodeclarados pretos e 6% de autodeclarados brancos.

Esses dados refletem a dinâmica racial na política local e evidenciam a importância de continuar monitorando e promovendo a diversidade racial na representação política. A evolução da composição racial dos vereadores de Santo Amaro destaca não apenas as mudanças nas percepções sociais, mas também a necessidade de políticas que incentivem a inclusão e a equidade em todos os níveis de governo.

Gráfico 2 - Autodeclaração de cor/raça



Fonte: adaptado do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2025).

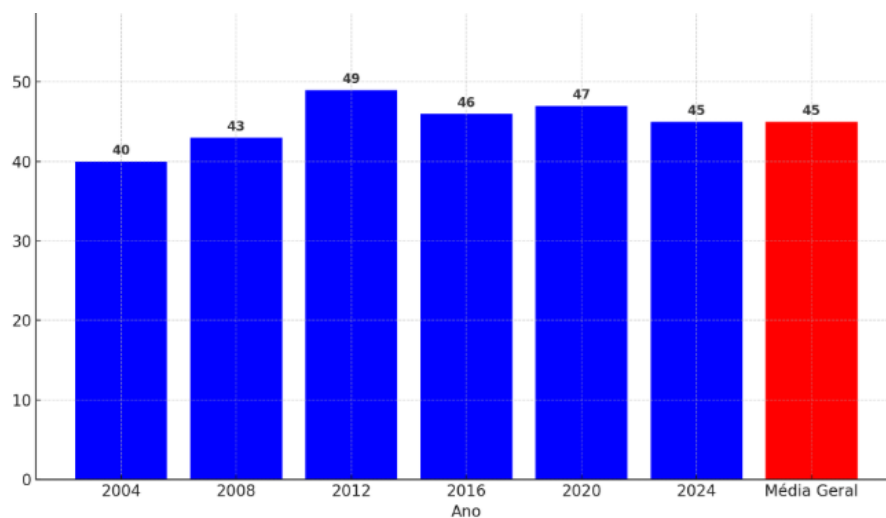
A predominância dos autodeclarados negros na política de Santo Amaro é evidente desde o início da classificação étnico-racial nas eleições municipais, o que difere da realidade nacional. Mesmo em municípios com uma expressiva presença de populações negras, estas continuam significativamente sub-representadas no legislativo (Bueno, 2012, p. 200).

Dados do IBGE de 2022 indicam que a população de Santo Amaro é majoritariamente composta por pretos e pardos, o que representa uma exceção no contexto nacional, onde a sub-representação de pessoas pretas, pardas e indígenas na esfera política é um desafio persistente.

Essa constatação ressalta que a hegemonia branca ainda prevalece na política brasileira, onde a representatividade é majoritariamente composta por homens brancos (Campos; Machado, 2020, p. 48). Assim, embora haja um avanço na inclusão de autodeclarados pardos e pretos em Santo Amaro, a real equidade na representação política ainda enfrenta barreiras significativas.

No que se refere à composição etária dos representantes eleitos em Santo Amaro durante o período analisado, a média de idade foi de 45 anos. Em 2004, a média de idade foi de 40 anos. Em 2008 a média de idade foi de 43 anos. Em 2012 a média de idade foi de 49 anos. Em 2016 a média de idade foi de 46 anos e em 2020 a média de idade foi de 47 anos. Já na eleição de 2024, a média de idade se manteve em 45 anos, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Média de idade



Fonte: adaptado do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, (2025).

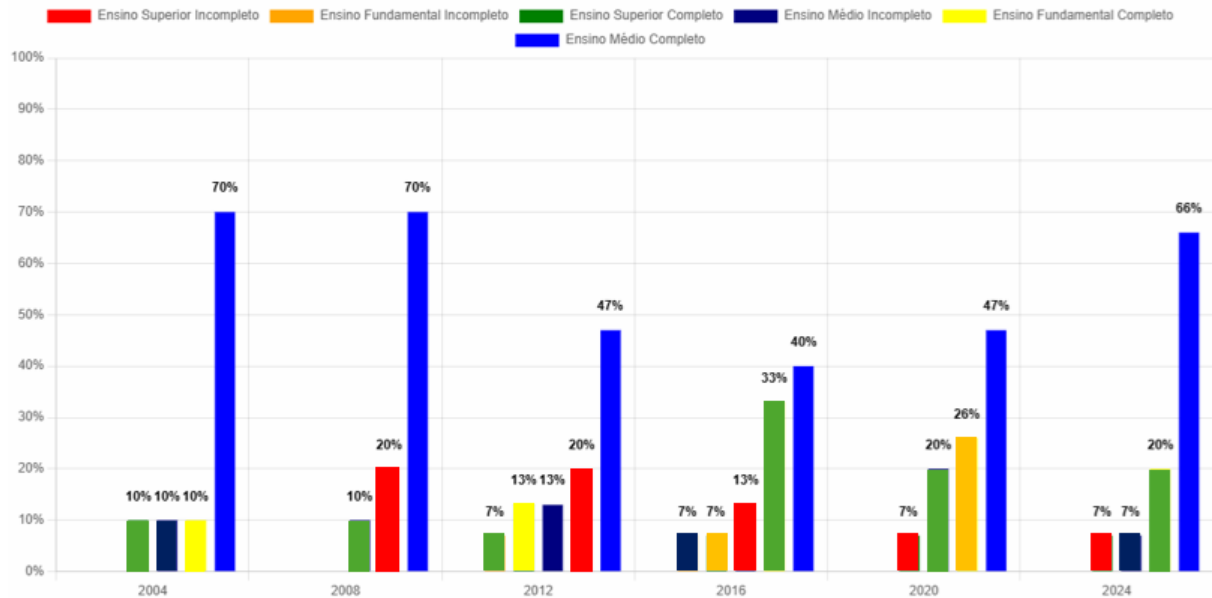
A média de idade dentro do poder legislativo santamarense, de modo geral, tem uma idade relativamente alta, acima dos 45 anos de idade, nos 20 anos analisados menos de 10% dos eleitos tinham menos de 30 anos de idade, essa análise demonstra que os eleitos têm um perfil político experiente.

Tal cenário foi relativamente alterado em 2024, quando foi eleito o vereador mais jovem da história política de Santo Amaro, Rodrigo Barros (DC) com 24 anos de idade. A presença de jovens nessa legislatura foi a mais expressiva dos anos analisados. A média de idade dos legisladores local, aproxima-se muito da média nacional – os dados mostram que a maior concentração de vereadores no Brasil está na faixa etária entre 30-40 anos e entre 40-50 anos (Kerbaux, 2005, p. 343).

A escolaridade é um outro aspecto relevante para compreender o perfil social e político dos representantes eleitos. A tabela a seguir apresenta uma análise detalhada da composição

educacional da Câmara Municipal entre 2004 e 2024, refletindo as mudanças nos níveis de escolaridade dos vereadores ao longo das duas últimas décadas. Para tanto, observamos o gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Grau de instrução



Fonte: adaptado do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2025).

A análise da composição educacional da Câmara Municipal entre 2004 e 2024 revela tendências significativas em cada nível de escolarização. A proporção de vereadores com ensino superior completo aumentou de 10% em 2004 e 2008 (1 vereador) e 7% em 2012 (1 vereador) para 33% em 2016 (5 vereadores), mas estabilizou em 20% em 2020 e 2024, com 3 vereadores em cada ano, indicando uma valorização inicial da educação superior que não se manteve nos últimos anos.

No entanto, a proporção de vereadores com ensino superior incompleto era de 20% em 2008 e 2012 (1-3 vereadores), diminuindo para 13% em 2016 (2 vereadores) e, posteriormente, para 7% em 2020 e 2024 com apenas 1 vereador em cada ano. Essa queda sugere um movimento em direção a uma maior qualificação, com menos vereadores nessa categoria.

Por sua vez, o ensino médio completo consolidou-se como a formação predominante, representando 70% dos vereadores em 2004 e 2008 (7 vereadores em cada ano) 47% em 2012 (7 vereadores), 40% em 2016 (6 vereadores), 47% em 2020 (7 vereadores) e mantendo-se em 66% em 2024 (10 vereadores), refletindo sua importância na política local, mas também uma falta de progressão para níveis mais elevados de escolaridade. Ainda, vereadores com o ensino

médio incompleto foi de 10% em 2004 (1 vereador), em 2008 e 2020 não apresentou dados, em 2012 foi de 13% (2 vereadores), e 2024 7% (1 vereador).

Por outro lado, o ensino fundamental completo começou a ser representado em 2004 com 10% (1 vereador) e subiu para 13% em 2012 (2 vereadores), mas não apresentou dados nos anos seguintes. A presença de vereadores com ensino fundamental incompleto era inexistente até 2016, quando 7% dos vereadores se encaixaram nessa categoria (1 vereador), aumentando significativamente para 26% em 2020 (7 vereadores), superando a representação dos vereadores com ensino superior, que era de 20% (3 vereadores).

Essas tendências indicam uma evolução na formação dos vereadores, refletindo mudanças na valorização da educação superior ao longo das décadas, enquanto o ensino médio permanece como a base educacional mais comum entre os parlamentares houve ainda um crescimento importante de eleitos com baixa escolaridade em 2020. Isso indica que o parlamento local não reflete a alta escolarização observada na elite política brasileira, sugerindo que o índice de escolaridade mediana está alinhado com a crescente escolarização da população em geral e com a elevação da escolaridade média do brasileiro.

4 CAMPO SOCIAL COMO FORMA DE SUCESSÃO ELEITORAL

Os estudos sobre carreiras políticas abordam as trajetórias políticas, os perfis sociais e políticos dos eleitos e os padrões de recrutamento político-partidário. Esse aspecto é amplamente destacado nas discussões sobre o recrutamento de elites, pois na política observamos a existência de um perfil político específico predominante, que muitas vezes se mantém afastado do corpo social. No entanto, é viável a conversão de capitais de áreas diversas para transitar entre os campos. O capital é interpretado como um conhecimento reconhecido, um capital simbólico adquirido e que depende principalmente da crença socialmente difundida em sua validade (Miguel, 2003, p. 120).

Para compreendermos as trajetórias políticas no Brasil, é essencial aprofundar a discussão proposta por Bourdieu, que, segundo Miguel (2003), sugere que os capitais podem ser interpretados da seguinte forma: capital delegado, que é aquele atribuído à instituição à qual o indivíduo está vinculado, como é o caso do político que possui um capital ligado a alguma instituição; capital convertido, no qual a notoriedade e popularidade adquiridas em outras áreas são transferidas para a política; e capital heroico, uma forma específica de capital convertido.

Dessa forma, esses recursos permitiriam que os indivíduos adquirissem capital político e ingressassem na esfera política. De acordo com Miguel (2003), as carreiras políticas no Brasil podem ser divididas em dois tipos ideais: aquelas originadas do capital delegado de forma gradual, começando em cargos eletivos mais baixos ou em posições públicas ou partidárias; e as provenientes do capital convertido de origem não política, que é buscado para ser transformado em capital político (com uma taxa de conversão determinada).

Portanto, esses conceitos contribuem para o que ele denomina de uma combinação complexa entre os dois tipos de capital, que formariam as carreiras políticas "ideais" no contexto brasileiro. Ao analisar esses capitais mobilizados no campo da política profissional, torna-se possível compreender as estruturas das carreiras e identificar por onde cada parlamentar transita e quais são suas bases de apoio, no contexto municipal.

No contexto político de Santo Amaro, a análise das carreiras dos vereadores pode ser enriquecida pela compreensão dos diferentes tipos de capital propostos por Bourdieu (1989) e Miguel (2003).

O capital político refere-se à legitimidade e ao reconhecimento que um vereador possui dentro do sistema político local. Este capital está intimamente ligado ao clientelismo, caracterizado pela troca de favores, empregos e patrocínios. Vereadores que cultivam redes de relacionamento com líderes comunitários, e grupos organizados, e aqueles que ocupam cargos políticos como: assessores, coordenadores, diretores e principalmente secretário/a municipal, servidores públicos em geral e policiais militares, conseguem não apenas fortalecer sua base eleitoral, mas também garantir o apoio necessário para suas iniciativas. Vereadores que conseguem mobilizar esse capital tendem a ter maior influência nas decisões políticas e maior capacidade de articulação em favor de suas propostas. A maioria dos vereadores com mais mandatos construiu sua trajetória sobre esse capital, utilizando-o para acessar informações e recursos valiosos que garantem a eficácia de suas ações.

O capital social está ligado às interações na sociedade civil, ou seja, diz respeito às redes de relacionamentos e conexões que um vereador estabelece com indivíduos, grupos e instituições nas comunidades. Em Santo Amaro, esse capital é fundamental para a construção de apoio popular e a realização de ações políticas eficazes. Por exemplo, vereadores oriundos de organizações sociais (cooperativas; associações; colônias de pescadores; igrejas; sindicatos; etc). O capital social se entrelaça com o capital político quando a incidência nesses espaços fortalece as bases eleitorais junto ao executivo e criam um ambiente propício ao clientelismo, onde trocas de favores, indicação em empregos públicos e promessas são comuns.

Os professores, como agentes de transformação social e educacional, possuem um capital social significativo devido à sua relação próxima com as famílias e sua influência como formadores de opinião. No contexto do município de Santo Amaro, alguns professores também detêm capital político, uma vez que são servidores públicos e ocupam cargos de nomeação política, como secretários de educação, coordenadores, diretores e assessores, o que os coloca em uma posição estratégica para mobilizar apoio em torno de suas candidaturas.

O capital econômico por sua vez, envolve os recursos financeiros que um vereador pode mobilizar pela sua inserção no mercado, por meio de doações ou recursos próprios. Em um município como Santo Amaro, onde as campanhas eleitorais podem ser dispendiosas, o capital econômico é determinante para patrocinar eventos, atender a diversas demandas da comunidade e viabilizar a manutenção de seus grupos de apoio e a manutenção de uma presença constante na comunidade. Essa dimensão econômica pode influenciar diretamente a capacidade de um vereador de se eleger e de implementar políticas públicas.

Por fim, o capital familiar refere-se ao suporte e à influência que vínculos familiares proporcionam. Em Santo Amaro, vereadores que vêm de famílias com histórico político ou social tendem a se beneficiar dessa rede, que pode facilitar o acesso a recursos, informações e credibilidade junto ao eleitorado. O capital familiar não apenas confere uma legitimidade adicional, mas também pode proporcionar um atalho para a construção de outros tipos de capital.

A combinação desses capitais molda o *modus operandi* dos vereadores, onde a interação entre eles é fundamental para o desenvolvimento de carreiras políticas bem-sucedidas. A partir das teorias sociológicas do capital, é possível entender que, em Santo Amaro, a eficácia política não depende apenas de um único tipo de capital, mas sim da capacidade de articular e mobilizar esses diferentes recursos em prol de objetivos comuns, refletindo a complexidade das dinâmicas sociais e políticas locais.

Os estudos aqui analisados nos permitiram traçar o perfil de carreira dos vereadores santamarenses, mediante aos dados coletados durante as diversas consultas. A partir desses conceitos, tipificamos os vereadores eleitos entre 2004 e 2024 segundo capital político, econômico, social e familiar.

Tabela 1 - Tabela Consolidada - Vereadores Eleitos em Santo Amaro/BA (2004-2024)⁵

Nome	Partido	Tipo de Capital	Nº de Mandatos	Anos
Justino Oliveira dos Santos	PFL/PSD/UNIÃO	Capital Político - Servidor do INSS. Foi eleito Vice-Prefeito em 2008 e 2016. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2001/2002.	7	1997-2000; 2001-2004; 2005-2008; 2009-2012; 2013-2016; 2017-2020; 2025-2028
Luciano dos Reis Caldas	PSL/PP/AVANTE	Capital Político - Servidor público municipal. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2015/2016.	5	2001-2004; 2009-2012; 2013-2016; 2021-2024; 2025-2028
Júlio Cesar de Jesus Pinho	PHS/DEM/UNIÃO	Capital Econômico - Origem empresarial. Família tradicional no comércio local. Foi eleito Vice-Prefeito em 2024.	5	2005-2008; 2009-2012; 2013-2016; 2017-2020; 2025-2028
Jair Oliveira de Santana	PTB/PP/PSD	Capital Político - Servidor Público.	4	2005-2008; 2009-2012; 2013-2016; 2017-2020
Nelson da Silva Coelho	PSDB/UNIÃO	Capital Social - Líder pesqueiro. Presidente da associação de pesca de Acupe. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2017/2018.	4	2013-2016; 2017-2020; 2021-2024; 2025-2028
Artur Pereira Suzart Neto	PMDB/PP/PT	Capital Social - Professor da rede municipal de ensino. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2009/2010; 2011/2012; 2013/2014.	3	2001-2004; 2005-2008; 2009-2012;
Levigildo Silvestre Pascoal Neto	PSD/PT/PC do B	Capital Social – Líder Comunitário. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2023/2024.	3	2017-2020; 2021-2024; 2025-2028
Walter Rodrigues de Brito	PSDC/PT/PP	Capital Político - Servidor Público.	3	2013-2016; 2017-2020; 2021-2024
Gleiber Vitoria Fernandes	PSC/AVANTE	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor, coordenador, diretor.	3	2001-2004;

⁵ Os vereadores que foram analisados na pesquisa, tiveram ao menos uma vitória eleitoral entre 2004 e 2024. O número de mandatos que consta na tabela refere-se à todos os mandatos assumidos por esses vereadores, ao longo de toda sua trajetória política, para além do período em questão (2004-2024).

Nome	Partido	Tipo de Capital	Nº de Mandatos	Anos
				2013-2016; 2021-2024
Elias Pereira Neto	PRB/PRP	Capital Social - Pastor da Igreja Universal. Foi eleito Vice-Prefeito em 2020.	3	2009-2012; 2013-2016; 2021-2024
Flaviano Rorhs da Silva Bonfim	PT do B	Capital Político/Econômico - Filho de empreiteiro influente. Elegeu-se prefeito em 2017 e 2024.	3	2005-2008; 2017-2020; 2025-2028
Fernandes Santos França	PTB	Capital Político/Econômico – Empresário. Ocupou cargos no executivo como: assessor, coordenador.	2	2001-2004; 2005-2008
Jose Carlos Rocha Lima	DEM	Capital Político – Ocupou cargos no executivo. Foi secretário municipal de Cultura e Esportes. Foi Vice-Prefeito de 2005 a 2008.	2	2005-2008; 2009-2012
Herdem Cristiano do Amaral Bouças	PFL/DEM	Capital Social - Mototaxista, pioneiro na organização da categoria dos motos taxistas. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2019/2020.	2	2005-2008; 2017-2020
Jose Ângelo da Anunciação Taratá	PSB/PC do B	Capital Político -Ocupou cargos no executivo. Foi secretário municipal de Agricultura, Pesca, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.	2	2013-2016; 2021-2024
Ademilson Araujo dos Santos	PRB	Capital Social - Líder religioso, eleito pela Igreja Universal.	2	2017-2020; 2021-2024
Paulo Mauricio Sena Gomes	SD/PDT	Capital Social - Professor da rede municipal e estadual.	2	2017-2020; 2021-2024
Kleber Rocha Wanderley	PDT/DC	Capital Político/Familiar - Motorista de van. Já ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador. Família tradicional na política. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2025/2026.	2	2021-2024; 2025-2028
Antônio Carlos Cerqueira Marques	PSB/PSD	Capital Político - Servidor público estadual. Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Distrito de Oliveira dos Campinhos.	2	2021-2024; 2025-2028
Agnaldo Antônio de Oliveira Nascimento	DEM/PP	Capital Político/Social - Servidor público. Artista, atua na área da cultura.	2	2021-2024; 2025-2028
Arisvaldo Batista Santos	PMDB	Capital Social - Origem pesqueira. Presidente de uma cooperativa de pesca. Atuou em projetos pesqueiros.	1	2005-2008
Maria Cristina Nunes dos Santos	PFL	Capital Social - Professora da rede municipal. Milita na área da educação. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2005/2006.	1	2005-2008

Nome	Partido	Tipo de Capital	Nº de Mandatos	Anos
Oswaldo de Souza Santos	PT do B	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2007/2008.	1	2005-2008
Edson Antônio de Souza Pinto	PT do B	Capital Econômico - Empresário. Sem histórico político.	1	2009-2012
Eduardo Antônio de Almeida Freitas	PMDB	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor. Foi assessor parlamentar na Assembleia Legislativa da Bahia.	1	2009-2012
Raimundo Jorge Pereira Matos	PV	Capital Político/Social - Professor da rede estadual e particular. Foi secretário municipal de Educação e de Governo.	1	2009-2012
Valmir de Figueiredo	PSC	Capital Político - Ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador.	1	2009-2012
Carlos Augusto Barbosa dos Santos	PTN	Capital Político/Social - Líder pesqueiro. Presidente da colônia de pesca Z-27.	1	2013-2016
Raimar Fabiano Ribeiro Costa	PSC	Capital Político - Ocupou cargos no executivo. Foi assessor do prefeito de 2009 a 2012.	1	2013-2016
Washington Luiz Conceição Almeida	PP	Capital Político - Capitão da polícia militar. Foi diretor do DETRAN. Foi secretário municipal de Ordem Pública.	1	2013-2016
Adelson Barbosa dos Santos	PT	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador.	1	2013-2016
Roque Gonçalves de Almeida	PP	Capital Político - Ocupou cargos no executivo. Foi secretário municipal de Administração.	1	2013-2016
Pedro de Oliveira Cerqueira Filho	PRB	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor diretor e coordenador.	1	2017-2020
Claudio Adeodato de França Castro	PP	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador.	1	2017-2020
Giovanna Ferreira da Costa	PRTB	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador.	1	2017-2020
Selma Cavalcante Silva Caldas	PC do B	Capital Político/Familiar – Esposa do Vereador Luciano Caldas que na eleição de 2016 disputou o cargo de Vice-Prefeito.	1	2017-2020
Edson Jose de Aragão Ramos	PMDB	Capital Social - Presidente de uma ONG voltada à educação infantil no Distrito de Acupe.	1	2017-2020
Helio Mauricio Arthurino do Sacramento	PRTB	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor diretor e coordenador.	1	2017-2020

Nome	Partido	Tipo de Capital	Nº de Mandatos	Anos
Jeronildo da Purificação Sanches	PT	Capital Político - Policial militar. Ocupou cargos no executivo. Foi secretário municipal de Serviços Públicos e Ordem Pública.	1	2017-2020
Benivaldo das Dores da Silva	AVANTE	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor e coordenador. Foi Presidente da Câmara Municipal no biênio 2021/2022.	1	2021-2024
Juliana Nascimento de Sena Medeiros	PSB	Capital Político/Social - Líder pescueiro. Presidente da colônia de pesca Z-27.	1	2021-2024
Marcos Antônio Guimarães Ribeiro	PSD	Capital Social - Professor da rede particular. Presidente de uma associação voltado à educação.	1	2021-2024
Claudio Muniz dos Santos	PSD	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor.	1	2021-2024
Gustavo Moreira Uchoa da Silva	UNIÃO	Capital Econômico - Empresário. Sem histórico político.	1	2025-2028
Juliana Cristina Purificação Da Conceição Pereira	SD	Capital Político - Foi secretária chefe de gabinete da prefeitura no período de 2021-2024.	1	2025-2028
Gleiber Da Mota Fernandes	AVANTE	Capital Econômico/Familiar – Empresário. Filho do ex-vereador Gleiber Vitoria Fernandes.	1	2025-2028
Wesley Rammon Magalhaes Dos Santos	PSDB	Capital Político/Familiar - Jovem, casado com a enteada do prefeito do município de Candeias.	1	2025-2028
Luana de Carvalho Alves	PT	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor diretor e coordenador.	1	2025-2028
Rodrigo Barros Lima	DC	Capital Social - Líder pescueiro. Colaborador da colônia de pesca Z-27.	1	2025-2028
George Eduardo Lisboa Barbosa	PP	Capital Político – Ocupou cargos no executivo como: assessor.	1	2025-2028
Thiago Oliveira Cunha	PSDB	Capital Econômico – Empresário. Sem histórico político.	1	2025-2028

Fonte: adaptado do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2025).

A investigação das experiências políticas dos vereadores eleitos em Santo Amaro, Bahia, no período de 2004 a 2024, revela categorias distintas que se destacam nas suas formações profissionais e nos interesses políticos, e aos diferentes tipos de capital - político, social, econômico e familiar, bem como das dinâmicas que regem a ambição política.

A interconexão desses elementos com a estrutura política local é fundamental para uma compreensão mais profunda do funcionamento da Câmara Municipal de Santo Amaro e das práticas eleitorais que a permeiam.

Os dados apresentados na tabela consolidada evidenciam que a maioria dos vereadores detém um capital substancial, caracterizado pela sua experiência em mandatos anteriores e pela habilidade de mobilizar redes de influência. Por exemplo, vereadores como Luciano dos Reis Caldas, com cinco legislaturas no currículo, e a transferência de um mandato para a esposa, ilustram a importância do capital político em contextos nos quais a continuidade no cargo desempenha um papel crucial para o sucesso eleitoral. De acordo com Miguel (2003), o capital político é um recurso fundamental para a progressão na carreira política, possibilitando que os políticos se mantenham em posições de destaque no âmbito legislativo, por longos períodos.

Ainda, vereadores como Justino Oliveira dos Santos, Jair Oliveira de Santana, Walter Rodrigues de Brito e Antônio Carlos Cerqueira Marques, que possuem uma trajetória como servidores públicos, ilustram a interação entre o serviço público e a esfera política. Essa vivência proporciona uma compreensão singular das demandas administrativas e operacionais do município.

Essa jornada está relacionada à teoria de Miguel (2003), que aborda como o capital político adquirido por meio da experiência no serviço público pode ser um diferencial nas eleições. Os vereadores que provêm do serviço público frequentemente se valem de suas redes e conhecimentos específicos para se destacarem como candidatos, o que também pode ser interpretado à luz da teoria do capital social.

Ainda, vereadores oriundos da Polícia Militar como o Capitão Washington Luís e Jeronildo Sanches desenvolvem um tipo específico de capital político, fundamentado na interação direta com as comunidades e reforçado pelas funções públicas que desempenharam, especialmente como secretários da Ordem Pública. Quando esses membros da Polícia Militar ascendem a cargos administrativos, como secretários municipais, seu capital é expandido: assumem a liderança de setores operacionais da prefeitura e passam a lidar diretamente com as necessidades dos cidadãos.

Destarte, os vereadores com formação na área da educação, como Artur Pereira Suzart Neto; Raimundo Jorge Pereira Matos; Paulo Mauricio Sena Gomes; Maria Cristina Nunes dos Santos e Marcos Guimarães Ribeiro apresentam uma trajetória distinta. Estes políticos são comumente associados a um capital social relevante, empregando sua experiência como educadores para defender políticas voltadas para o aprimoramento da educação e o acesso aos serviços públicos.

Essa trajetória adquire uma importância especial quando consideramos a teoria do capital social de Bourdieu (1989), que sustenta que o conhecimento e a educação são ativos que podem ser utilizados para a mobilidade social e política. Ademais, a presença de profissionais da educação na Câmara Municipal pode ser interpretada como uma resposta às exigências da sociedade por representação qualificada, refletindo uma ambição progressista, conforme discutido por Schlesinger (1966), no qual os vereadores buscam não somente a reeleição, mas também a implementação de mudanças substanciais em suas áreas de atuação.

Os vereadores que ocupam posições de liderança, como Nelson da Silva Coelho, presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras Ouro do Mar do distrito de Acupe, Carlos Augusto Barbosa dos Santos e Juliana Nascimento de Sena Medeiros, presidentes da colônia de pesca Z-27 no distrito de Acupe, e Arisvaldo Batista Santos presidente de cooperativa de pesca, também em Acupe ilustram a relevância do capital social. De acordo com a conceituação de Bourdieu (1989), o capital social desempenha um papel importantíssimo no âmbito político, pois viabiliza a formação de redes de relacionamentos que podem ser mobilizadas durante campanhas eleitorais e mandatos. A presença de líderes comunitários e presidentes de instituições, evidenciam que o reconhecimento e a legitimidade dentro de uma comunidade são elementos primordiais para o êxito nas eleições.

Ainda, observamos a trajetórias dos vereadores Elias Pereira Neto e Ademilson Araujo dos Santos, representantes da Igreja Universal do Reino de Deus. A ligação entre a religião e o campo político se manifesta claramente na trajetória desses vereadores. O capital social, nesse contexto, diz respeito às redes de relacionamento e ao respaldo que a Igreja Universal oferece aos seus membros.

Por contrapartida, o capital econômico é exemplificado por vereadores como Júlio Cesar de Jesus Pinho e Flaviano Rorhs da Silva Bonfim, cuja herança empresarial e tradição familiar no comércio local lhe conferiram uma base sólida para sua atuação política. Como resultado, ambos conseguiram alcançar um patamar significativo em suas trajetórias, sendo eleitos prefeito e vice-prefeito para o período de 2025 a 2028, o que evidencia a relevância do capital econômico na dinâmica eleitoral de Santo Amaro. Essa ligação entre o capital econômico e o êxito eleitoral é respaldada por Miguel (2003), que defende que o capital econômico pode facilitar a entrada no campo político, proporcionando recursos para campanhas e acesso a redes de apoio.

A análise das sucessões eleitorais em Santo Amaro ainda revela a presença de capital familiar, embora em menor proporção do que em outras regiões do país. A eleição de vereadores como Selma Cavalcante Silva Caldas, esposa de um ex-vereador, Kleber Rocha Wanderley,

proveniente de uma família política tradicional, e Gleiber da Mota Fernandes, filho do ex-vereador Gleiber Vitoria Fernandes, sugere que, apesar do afastamento das dinastias familiares na política local, ainda existe uma conexão entre capital político familiar e êxito eleitoral. Esse cenário corrobora com a teoria de Miguel, Marques e Machado (2015), que aponta que o capital familiar, mesmo que não seja predominante, ainda pode influenciar as candidaturas e vitórias eleitorais.

No que diz respeito às relações familiares, a realidade política de Santo Amaro contraria as perspectivas comuns que apontam para a presença predominante de dinastias familiares na política brasileira. Apesar da presença de vereadores com vínculos familiares, como a esposa de um ex-vereador e o filho de um político tradicional, observa-se uma moderação desse fenômeno no cenário local. Os estudos de teóricos como Miguel (2003) e Maluf (2006) discutem a influência das dinastias políticas em várias regiões, enfatizando o papel determinante do capital familiar no sucesso eleitoral. Entretanto, em Santo Amaro, a emergência de candidatos que trilham caminhos individuais, a exemplo de Herdem Cristiano do Amaral Bouças e Levigildo Silvestre Pascoal Neto, indica uma mudança significativa nesse panorama. Essa transformação revela um crescente reconhecimento do mérito pessoal e das habilidades individuais, desafiando as narrativas convencionais sobre a política familiar e destacando um ambiente onde novas dinâmicas sociais e políticas estão em evidência.

Ainda, a conexão com a teoria de Schlesinger (1966) é claramente perceptível nesse contexto, visto que muitos desses políticos exibem uma ambição estática, almejando permanecer no mesmo cargo por múltiplos mandatos por meio da consolidação de suas redes de apoio.

A tabela a seguir sintetiza a distribuição dos diferentes tipos de capital político, social, econômico e familiar entre os vereadores eleitos, destacando como esses recursos impactam a quantidade de representantes com determinado perfil e sua capacidade de manter e expandir sua presença no campo político local, evidenciada pelo número total de mandatos acumulados.

Esse dado reflete as estratégias de acesso ao poder e as dinâmicas de legitimação social que sustentam as trajetórias políticas no município, oferecendo uma visão das relações de poder e influência que moldam a política local.

Tabela 2 - Tabela Consolidada: Tipos de Capital, Número de Vereadores e Número de Mandatos

Capital	Número de Vereadores	Número de Mandatos
Político	34	59
Social	15	27
Econômico	7	14
Familiar	4	5

Fonte: elaboração própria com base nos dados da tabela 1.

A distribuição dos diferentes tipos de capital entre os vereadores e seus respectivos mandatos revela padrões significativos de continuidade política no contexto municipal sob análise.

O capital político se destaca como o mais predominante, com 34 vereadores detentores de 59 mandatos, destacando a importância da experiência institucional, ocupação de cargos no Executivo. Esse capital é fortemente associado a aqueles que ocupam cargos públicos, como servidores.

O capital social por sua vez, presente em 21 vereadores com um total de 37 mandatos, também possui relevância, refletindo a influência das redes de sociabilidade, lideranças comunitárias, religiosas e associativas na formação de candidaturas competitivas. A presença significativa de agentes provenientes de associações, igrejas, e instituições locais indica que a rede social ainda é um recurso estratégico crucial para a mobilização e sucesso eleitoral.

O capital econômico, embora menos numeroso (7 vereadores com 14 mandatos), mostra eficácia na transformação de recursos materiais em representação política. A média de mandatos por vereador com capital econômico é de 2, sugerindo que, apesar do acesso inicial ao poder ser mais restrito, os recursos financeiros e empresariais tendem a assegurar certa estabilidade ou capacidade de reeleição para aqueles que os detêm.

Por último, o capital familiar, com 4 vereadores e 5 mandatos, exerce um impacto mais limitado, porém ainda relevante na dinâmica de reprodução política. Embora menos frequente, sua presença indica a persistência de práticas clientelistas e patrimoniais, em que os laços familiares e a herança política direta continuam a ser fatores de acesso e permanência no Legislativo.

Ainda, a análise das trajetórias políticas dos vereadores de Santo Amaro revela que cerca de 45% dos 80 vereadores eleitos entre 2004 e 2024 possuem apenas um único mandato. Essa

observação sugere que muitos legisladores enfrentam desafios significativos para garantir a reeleição. Dentre os fatores que podem contribuir para essa situação, destacam-se a concorrência acirrada, a insatisfação popular com o desempenho legislativo (accountability⁶) e a dificuldade em estabelecer redes de apoio sólidas.

Segundo Schlesinger (1966), a ambição política pode variar entre os vereadores, havendo aqueles com ambição estática que buscam solidificar suas posições por meio de múltiplos mandatos. Entretanto, a realidade observada em Santo Amaro sugere que, para além da ambição individual, as circunstâncias locais e os contextos eleitorais exercem influência nessa dinâmica. Muitos vereadores que não conseguem a reeleição frequentemente buscam nomeações e contratos no poder executivo, o que lhes permite permanecer ativos na esfera política e tentar uma nova candidatura em pleitos futuros. Essa estratégia representa uma maneira de manter a visibilidade e a relevância política, mesmo estando fora do cargo eletivo.

Em contrapartida, alguns vereadores conquistam a reeleição graças à construção de laços sólidos com a comunidade e ao desenvolvimento de um capital relacional consistente. Esses legisladores frequentemente se valem de suas redes de influência e do apoio popular para assegurar sua permanência no cargo, demonstrando que, apesar dos obstáculos enfrentados por muitos, há estratégias que levam ao sucesso eleitoral contínuo.

As ideias de Miguel (2003) corroboram essa percepção ao destacar a relevância do capital político e das redes de influência. A ausência de um capital relacional sólido pode resultar em desafios para a manutenção do cargo, levando os vereadores a buscarem alternativas que os mantenham inseridos no contexto político.

Entretanto, a discussão acerca dos perfis dos vereadores eleitos em Santo Amaro, Bahia, no período de 2004 a 2024 revela uma intrincada complexidade que transcende as categorias convencionais de capital. A interseção entre o capital político, econômico, social e familiar, juntamente com as dinâmicas de ambição e as práticas eleitorais, delineia um cenário em constante transformação.

⁶ Na Ciência Política, o conceito de accountability refere-se à capacidade de agentes políticos prestarem contas de suas ações e serem responsabilizados por elas. Esse conceito é fundamental para a democracia, pois envolve mecanismos de transparência, fiscalização e controle do poder. Segundo Przeworski, Stokes e Manin (1999, p. 3), "accountability é a capacidade dos cidadãos de sancionar os governantes por suas ações, recompensando ou punindo-os nas eleições".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias políticas dos vereadores eleitos em Santo Amaro, Bahia, durante o período de 2004 a 2024, revela uma ampla gama de características que se sobressaem em suas trajetórias profissionais, interesses políticos e tipos de capital. A interligação desses elementos com a estrutura política local é fundamental para compreender o funcionamento da Câmara Municipal e as práticas eleitorais.

Os dados apresentados destacam a importância dos capitais político, econômico, social e familiar na jornada política dos vereadores, evidenciando a complexidade e a evolução constante da esfera política municipal.

Os dados sociais e políticos revelam que, ao longo das seis legislaturas, 74 homens e apenas 6 mulheres foram eleitos, resultando em uma sub-representação significativa de gênero, com apenas 7% das cadeiras ocupadas por mulheres. A média de idade dos vereadores foi de 45 anos, indicando que alguns possuem uma trajetória consolidada. Em termos de raça, os dados mostram que os autodeclarados negros são maioria entre os eleitos, refletindo a demografia local. Ainda, observamos uma câmara com uma escolaridade mediana, a maioria concluintes do ensino médio.

As trajetórias eleitorais dos vereadores são influenciadas por diversas formas de capital interligadas. O capital político possibilita a mobilização de redes de influência, enquanto o capital econômico provê os recursos necessários para as campanhas. Além disso, o capital social, expresso por líderes comunitários, desempenham um papel crucial na construção de laços de confiança dentro das dinâmicas políticas. Capital familiar com o suporte e à influência que vínculos familiares proporcionam.

A ambição política dos vereadores varia de acordo com os padrões discutidos por Schlesinger: alguns demonstram uma ambição estática, visando consolidar suas posições por meio de múltiplos mandatos, enquanto outros adotam uma ambição dinâmica, alternando entre diferentes cargos e posições de poder, adaptando-se às demandas sociais contemporâneas.

No entanto, também se percebem traços de ambição regressiva como uma estratégia adotada por alguns, que não alcançam a reeleição e buscam cargos de menor prestígio no executivo como forma de se adaptar a contextos políticos desafiadores, e permanecer no cenário político.

REFERÊNCIAS

- BERTOLIN, P. T. M.; MACHADO, M. S. Cidadania e Participação das Mulheres: Um Direito Individual ou Social? **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 182–199, 2018. DOI: 10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i3892. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/892>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Deifel, 1989b.
- BUENO, N. S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 187-226, 2012.
- BRASIL. 2010. **Lei 12.288/10**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2016], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 22 fev. 2025. 1997. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm#:~:text=1%C2%BA%20As%20elei%C3%A7%C3%B5es%20para%20Presidente,de%20outubro%20do%20ano%20respectivo. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [1996], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2002], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2004], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2008], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2012], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2016], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2020], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**: [2024], Brasília, DF: TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>. Acesso em 22 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **DataSenado**: [2024], Brasília, DF. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/panorama/#/>. Acesso em 22 fev. 2025.

CAMPOS, L. A., & MACHADO, C. (2020). **Raça e Eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk.

CARON, Ana Maria. **Política e sociedade**: um estudo sobre a hegemonia e a democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/pesquisa/23/25888>. Acesso em 22 fev. 2025.

<http://cmsantoamaroba.imprensaoficial.org/> Acesso em 22 fev. 2025.

<https://revistas.uniandes.edu.co/doi/10.7440/colombiant91.2017.04> Acesso em 22 fev. 2025.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz política no município?** Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008).2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre.

LEONI, Eduardo, Carlos PEREIRA, and Lúcio RENNÓ. 2003. “Estratégias Para Sobreviver Politicamente: Escolhas de Carreiras Na Câmara de Deputados Do Brasil.” **Opinião Pública** 9(1): 44–67.

LOPEZ, Felix; ALMEIDA, Acir Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 25, núm. 62, 2017, pp. 157-181

MALUF, Rui Tavares (2006) – **A Carreira Política na Câmara Municipal de São Paulo**. Tese de Doutorado. Ciência Política. USP.

MARQUES, Danusa. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 95, p. 1-20, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003), “Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro”. **Revista de Sociologia e Política**, no 20, pp. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (2010), **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Ed. Unesp, pp. 75-124.

MIGUEL Luis Felipe. MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos Augusto Mello. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, pág. 721-747, 2015.

OLIVEIRA, Mayla di Martino Ferreira. **A Política como profissão**. Uma análise de circulação parlamentar na Câmara de Deputados (1946-2007). 2009. 141 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. **Democracy, Accountability, and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SANTANA, Luciana. (2008) Perfil trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria e Sociedade**, n.16.2, pp.130-155.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, A, MARENCO DOS. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, p. 87-101, 1997.

SCHLESINGER, J. A. **Ambition and politics**: political careers in the United States. Chicago: Rand McNally & Company, 1966.

SILVA, B. S.; DANTAS, H. Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016). **Perspectivas**, São Paulo, v. 48, p. 11-45, jul./dez. 2016.

SILVA, J. M. M. A influência da escravidão na configuração sociocultural do Recôncavo Baiano. **Revista Estudos Afro-Brasileiros**, 2020.